

mento, em razão da ausência de similaridade ecológica entre uma e outra região.

A Síntese - Representa a junção das linhas básicas que constituem os acontecimentos. Em termos gerais, co ordena as ocorrências que lhes servem essencialmente de a - pcio. Eis, por exemplo, as razões possíveis da sua forma - ção: conjuntura sócio-econômica e política que favorecem a sinopse geral do quadro histórica estudado.

A Independência do Brasil representa a síntese po - lítica de eventos como a transição da família real, a ascesão do Brasil a reino, a formação de uma elite comer - cial nas regiões litorâneas que se liga à sociedade rural para a exportação de produtos agrícolas, as pressões políti - cas em Portugal, devido à Revolução de Porto, de movimentos de ordem interna, como as exigências da volta de Dom Pedro à corte e outras ocorrências mais, que podem se alinhar a essas, como a ideologia liberalista, por exemplo.

A Totalidade - Envolve a totalidade extensa á - rea de interpretação. Desde os fundamentos tradicionais da sociedade, suas contradições internas e externas, às decor - rências essenciais dos fatos, assim como as correlações for - tuitas que não formam, num todo, a amplitude da experiência humana em determinada região e em dada época. Esta experi - ência deverá incorporar-se na totalidade da História Univer - sal, a fim de serem extraídas as perspectivas que expressam o essencial, o que há de oculto na fenomenalidade, cujas co - ordenadas abrangem os movimentos locais.

É aqui que o analista une mais expressivamente o passado e o presente, a fim de encontrarem as raízes profun - das que movimentam o passado, compreendê-las em si e em suas irradiações, dentro de uma lógica que seja comum aos homens de todas as épocas.

As etapas acima apresentadas não ocorrem em linha hierárquica. Sua existência se evidencia à medida em que as circunstâncias metodológicas o exigiram.

A Realidade Explicada - É a compreensão e a exposição, por parte do historiador, da significação metafísica da realidade, o entendimento de como o essencial ultrapassa o fato sensível e a convicção de que esse essencial se encontrará mais no real oculto do que no dado evidente. (92).

Conforme Bachelard, é no domínio matemático que se situa a função realizante com mais delicadeza e a denominação essência da totalidade.

Em Historiografia, a realidade explicada é suscetível de várias interpretações. Pode-se apresentar conforme Max Weber expressa, como nocões de valor dominante. A realidade explicada deverá partir dessa noção para encontrar, nos fenômenos históricos, a essência do que é comum à humanidade, a linha mestra que lhe possibilita progresso intrínseco e se exterioriza na evidência explicitada pelo cientista a quem caberá a tarefa de expor aquilo que é, a realidade em si.

A Independência do Brasil, por exemplo, como expressão da realidade explicada, traria ao entendimento dos estudiosos a emergência dos princípios democráticos na consciência dos homens da época, inicialmente de modo perfuntório, atingindo algumas contingentes da camada populacional dominante. Suas razões profundas, entretanto, são hoje evidentes ao historiógrafo, proporcionaram os fundamentos da libertação dos escravos, no lado da introdução da mão de obra assalariada, a abertura das consciências para a implan-

(92) BACHELARD, G. O Novo Espírito ... op. cit. p. 19

tação da República, as pressões externas para forçarem um comércio mais dinamizado e uma vida econômica organizada nos moldes das primeiras etapas da industrialização europeia. Seria o impulso dinâmico do progresso.

A antiga dicotomia entre o senhor e o escravo se dilui numa síntese que se expressa na liberdade teórica dos servos, na nivelação utópica de classes, insinuando-se, entre tanto, a possibilidade de ascenção de todos os matizes de pele e de situação social. Os altos postos administrativos das províncias tornam-se passíveis de serem ocupados por elementos regionais, mais afinados com os interesses locais. A sociedade se faz representar nas assembléias parlamentares e há mais abertura política na ocupação de cargos públicos, antes abertos apenas aos privilégios de poucos. Há, também, certos deslocamentos de "status" sociais, com a perda de posições de certos grupos e a ascenção de outros, antes mais modestos. Perfunctoriamente, há certo revolvimento no país que, sem atingir o cerne da estrutura, suscita certo abalo. É como uma pequena carga de dinamite no sopé da montanha: pode não derrubá-la de todo, mas produz certos vínculos que vão enfraquecer a coesão da rocha pela erosão paulatina.

O historiógrafo, aqui, fica no que Bachelard denomina de encruzilhada do Epistemólogo. (93) As balizas são de ordem a apresentar uma teoria? O epistemólogo divisa, na dinâmica dos acontecimentos, certas permanências como a relativa descentralização política e os prenúncios de nivelação de classes sociais. Tenta explicá-las e para isto,olve-se para a Sociologia, a Economia, a Ciência Política, a Filosofia, elaboração que tem por finalidade precisar a compreensão, dentro de algumas bases axiomáticas comuns aos homens de todas as épocas, úteis à extração do conceitos

(93) IDEM, op. cit. p. 130.

cuja interpretação pode sugerir progresso.

O epistemólogo procura, no emaranhado dos acontecimentos, os elementos que suscitam constância. Se os encontra, é possível elaborar exposição que poderá ser a imagem da realidade explicada. Se não os descobrir, a questão fica aberta até que novas condições técnicas, no campo das Ciências Humanas, possam lhe trazer solução.

Simplicidade e Complexidade

A psicologia procura explicar a dicotomia acima: não existe um pensamento simples, todo ele está povoado de associações onde entrecruzam-se sensações, intuições e reflexões.

Em Física e em Química existem condições que, de certa forma, se assemelham. Bachelard expressa: "o fenômeno é um tecido de relações" (94)

Vê-se bem, aqui, a dialética do simples e do complexo, que em palavras diferentes, têm o mesmo sentido e em Historiografia, expressas por Marc Bloch, Braudel e Juan Reiglá.

A História tradicional, a "évenementielle", a que se relaciona só feito dramático e singular, pode ser caracterizada, com o que em Física e Química denominava-se de fenômeno simples. Mas o epistemólogo inverte o raciocínio. O fato simples é dotado de complexidade maior. O estudo biográfico, por exemplo, sugere a atenção para um herói que apesar de ser muitas vezes contestado, tem sua validade históriográfica. Semelhante ao que Bachelard afirma a respeito do átomo de um só elétron, ter mais complexidade do que aque-

(94) IDEM. op. cit. p. 130

les que possuem vários, e mesmo pode ocorrer com o acontecimento isolado, singular e simples. Seus relacionamentos são tão complexos que seria fácil associá-los com a base de um leque cuja irradiação se amplia num diâmetro múltiplo da sua aparente singularidade. JÁ É COMUM EXPRESSAR-SE SÔBRE O herói na História: "É aquele que sabe colocar a última pedra no cimo de uma montanha de acontecimentos que a época e as circunstâncias elaboraram". Vê-se o exemplo em Lutero, Cromwell e Napoleão.

A História moderna focaliza preferentemente, o complexo: não é possível deslocar o acontecimento social do econômico, do religioso, e do político, por exemplo. O indivíduo, só poderá ser compreendido em razão de seu grupo ou de sua classe e da mentalidade de sua época.

Na Historiografia da atualidade, o complexo é o elemento do historiador. O simples dele se destaca como complemento. O Felipe II do Braudel não tem importância como rei, como individualidade em si e suas idiossincrasias. É a época. A Geografia hispânica e por extensão, a mediterrânea; é a tradição política, o arraialismo econômico, as práticas comerciais, diplomáticas e fônicas e a mentalidade dominante na época. O que representa o rei, pode ser considerado como a média de que os homens do período sentem. Vê-se, então, o complexo envolver o simples. A nova metodologia, a de longa duração, envolve a de fôlego curto, que vai lhe servir, no âmbito geral da interpretação do elemento complexo, o arraialismo e o símbolo.

Flexibilidade

Em Física, Bachelard destaca a necessidade de flexibilidade perante a realidade do laboratório. Seria a colocação de uma síntese mais ou menos móvel. Parafraseando:

o autor, em História, a expressão se prende a todo o campo epistemológico. Aqui está a válvula que possibilita adequação maior entre a teoria estudada e a Historiografia.

Em História, a noção de valor dominante é, por si mesma, dotada de mobilidade, em razão da renovação e mutabilidade cerem, sempre, a tônica da mente e do comportamento humanos. A inconstância do homem e das suas ações é que impossibilitam as precisões e a obtenção de coordenadas que representem certas normas, no decorrer das idades. Verifica-se, portanto, que todo valor deve ser compreendido em parte pela sua validade universal, desde que resista ao tempo, e em parte com a perspectiva da transmutação, de acordo com o pensamento vigente na época. Eis, v.g. o que pode ilustrar a noção: a doutrina cristã, em sua essência, conforme Jesus a apresenta, é dotada de valor filosófico e teológico de caráter universal, pois tem resistido aos milênios. As transmutações existentes se devem aos seus interpretadores, mas a sua validade universal, em termos de mística e relacionamento humanos permanece a mesma. Vê-se, entretanto, que sua influência na História tem passado por período de valoração variada, de grande importância como o do teocentrismo na Idade Média, de menor importância no período humanista e no princípio da ascensão da burguesia, com tendências à marginalização, no racionalismo do século XVIII, devido ao pensamento de Descartes e a mecânica de Newton. O essencial, da doutrina resistiu, entretanto, ao tempo e aos embates das idéias.

A flexibilidade devorá estar, sempre, contida na síntese epistemológica da História. As ideologias, por exemplo, são de caráter extremamente mutáveis, para viverem como pano de fundo de desenrolar histórico da atualidade. Sua capacidade de influir no pensamento e comportamento humanos, embora se apresente de forma perfunctória, expressa-se, muitas vezes, nas ações, e impulsiona os acontecimentos. Eis

o episódio histórico do assassinato de John Kennedy. É, à primeira vista, um fenômeno que se repete no decorrer da história republicana dos Estados Unidos. Alguns intérpretes apresentam-no como produto de uma tradição política anti-revolucionária, em que a mudança do governo só é feita através de eleições. É este o consenso geral da sociedade norte-americana. Como explicar, entretanto, os assassinatos dos chefes de governo? Uma resposta está explicitada acima, outras poderão ser expressas como o produto do individualismo exacerbado de certos grupos econômicos, apelados pelo espírito reacionário de uma parte da sociedade e a indiferença de muitos. O descontentamento de uma parte da nação lança mão de recursos extremos, já que a Constituição do país não permite mudanças rápidas a não ser através de "impeachment", que é dificilmente concordável pelos grupos interessados. Os assassinatos dos presidentes dos Estados Unidos equivalem aos golpes políticos das nações latino-americanas.

É possível, então, ao epistemólogo explicitar axiomaticamente: o regime presidencialista possibilita golpes de governo, já que sua imobilidade temporária só franqueia transformações a longo prazo. Sua prática, muitas vezes, bloqueia tentativas revolucionárias, que no regime parlamentarista seriam feitas automaticamente. Eis uma síntese que, no mundo ocidental da atualidade, explica os últimos acontecimentos históricos, no âmbito político, da América Latina e dos Estados Unidos. Mas é uma afirmação temporária, poderá haver outras explicações subjacentes que a Sociologia ou a Economia-Política do futuro poderão expressar melhor. É portanto, uma condição onde a flexibilidade se faz necessária, e as interpretações têm caráter provisório, o que Bachelard denomina de zona de ambiguidade.

Envolvimento das Conquistas do Passado Pelo Presente.

Neste item poderá haver síntese entre o pensamento

de Bachelard e de Braudel. A História a longo prazo, a de fôlego dilatado, que propicia perspectivas evidentes de comparação, é suscetível, não só de retratar uma época, mas possibilita balizas de interpretações da crise econômica, demográfica social e mental, muito aproximadas da realidade. Como exemplo, o levantamento demográfico de Goiás, de 1736 a 1970, período equivalente a 234 anos de povoamento. Os gráficos comparativos das diversas décadas de povoados, expressam visão nítida de duas grandes causas do aumento demográfico: a existência do ouro, no século XVIII, e a construção de Brasília no século XX.

Esses fatores possibilitam a compreensão do período de entusiasmo dos primeiros anos de ocupação, o evoluir dos assentamentos político, administrativo e social, assim como as fases de ascenção econômica e o consequente período de decadência. A inauguração de Brasília, provocando novo surto migratório, vai renovar os quadros mentais do Estado, incorporando-se, a maioria chegante, ao sistema da tradição já existente, mas contribuindo, entretanto, com inovações e outras que impulsionam maiores progressos.

A grande abertura e a flexibilidade do método francês análogas que esclarecem e elucidam o entendimento histórico.

7.0 ADEQUAÇÃO DOS TEMAS ESPECÍFICOS DA
TEORIA DE BACHELARD À HISTORIOGRAFIA

A Geometria Euclidiana e a Não Euclidiana

Não há, em Historiografia, condições que possam servir de apoio completo a um confronto perfeito. Os processos são outros, e a possibilidade de solucionar certas divergências, só poderá existir através de artifício. É o que fez Belthami, ao introduzir a pseudo-esfera para resolver a necessidade de justificação observacional das relações geométricas da esfera. Serão utilizadas analogias semelhantes dentro das ciências humanas, a fim de atingir-se a pretendida aproximação. Será uma adequação que apenas provisoriamente poderá dar solução ao impasse.

Eis, como exemplo, a guerra de Troia. O historiador que extraiu seu conteúdo histórico de Homero, através da Ilíada, explica que a razão da deflagração da luta foi o rapto de Helena. Todos os documentos que poderiam esclarecer ou ilustrar o episódio, referem-se à luta em si e ilustram, também, com a intervenção dos deuses - a tomada de partido pelo Olimpo.

Um exame mais atento do móvel da luta encontra razões mais profundas do que a simples representação de um marido ofendido que obtém a solidariedade de outros pares dos reinos gregos. A Ática era o ponto mais avançado e de maior influência no comércio da Ásia Menor, e Troia fazia-lhe concorrência por estar mais próxima das regiões povoadas das colônias gregas na Ásia.

Troia crescia e transformava-se num empório

comercial movimentado. (95)

Se forem introduzidas, na exposição, as razões comerciais de Atenas, observa-se que o rípto de Helena torna-se, apenas um desfecho anecdotal. É quando o entendimento amplia-se, e verifica-se que as razões dos acontecimentos evoluem, num disputa que transcende os aspectos aparentes das causas da luta.

Igualmente, Roma, no atender ao apelo dos piratas mamertinos contra as represálias cartaginenses de ataques às suas colônias comerciais na Sicília, não socorreria, na realidade, um bando de piratas patrícios, mas iniciava a disputa militar do comércio no mar Mediterrâneo.

A nova História estudaria os fundamentos econômicos das regiões na época, o relacionamento social entre os reinos, a área geográfica de interesse das nações litigantes e outros móveis adjacentes que os complementasssem.

O factual complementa e ilustra a análise conjuntural e estrutural. Confrontando os mesmos temas históricos com os sucessos da geometria não euclidiana, tendo em vista a introdução de uma abstração teórica apoiada na Matemática, o que se faz é comparar os feitos atinentes à Historiografia com a teoria explicitada por Bachelard.

Dentro do sistema acima exposto, a História teria mais ampla visão, levando-se em conta estudos outros que não a simples narração dos fatos. O historiador, ao estudar em Homero, por exemplo, a luta de Tróia, deveria procurar a realidade nela contida, o que haveria de subjacente que pudesse esclarecer os aspectos fundamentais do acontecimento. Para isto, estudaria a Geografia local, os fundamentos dos costumes tribais da região, suas lendas, as práticas

(95) SAVELLE, Max. História da Civilização Mundial. Belo Horizonte, Itatiaia, 1964. Vol. I p. 149, 150.

comerciais, a frequência das trocas de mercadorias e os tipos de produtos mais encontrados em seu mercado, a demografia e a mentalidade da população. Levantaria, pois, todos os dados necessários em torno do fato, a fim de recupê-lo em sua extensão e profundidade.

Como a geometria não euclidiana não nega a euclidiana, mas envolve-a, ampliando-a, a História interpretativa e crítica não marginaliza, não nega a narração, a fábula, o mito, mas envolve-os para deles extrair o conteúdo de valor que expõem. (96).

Recomposição da Estrutura Newtoniana de Simultaneidade

Foram escolhidos, nesse item, alguns temas que podem servir de base para estudo comparativo, com aplicação, dentro do possível, no método histórico. São eles: "O conhecimento discursivo e experimental de simultaneidade deve ser ligado à suposta intuição que deva dar, de improviso, a coincidência de dois fenômenos no mesmo tempo; o real e não o conhecimento traz a marca da ambiguidade". "As gerações espirituais procedem por encaixes sucessivos". "Há contraste entre o pensamento newtoniano e o não newtoniano".

Mesmo nos temas selecionados, é necessário esforço e artifício para uma adequação aproximação. Eis, por exemplo, o conceito demonstrado por Einstein, dentro da questão da existência ou não de unicidade do acontecimento, entre um ponto P e Q ... Há sempre em P um intervalo completo de acontecimentos e não apenas um... E que não são casualmente associados com o acontecimento que ocorre em Q, rela-

(96) GRIMBERG, Karl. O Comércio Mundial na Época Egípcia. In: Históris Universal, São Paulo, Lisboa -América, Cultrix, 1940. p. 183.

cionando-se no experimento mental concebido de que a luz ou onda eletromagnética, "in vácuo", constituem as cidades de influências mais rápidas entre as que a natureza apresenta. (97)

O extrato do tom. "A mecânica não newtoniana", possibilita apenas tentar paralelismo precário. A adequação possível será feita pelo que Bachelard expressa como trabalho de síntese, através do esforço intuitivo. Aqui, é possível adequar alguns conceitos de Spengler em sua "História Fisiognônica dos Estados".

Conforme Spengler, a História em toda plenitude da cultura começa com o Estado Feudal, que inicia a ordenação da vida com referência a uma classe. Esta ordenação tem processos fisiognômicos de aparência simultânea, pois quando os dirigentes, proprietários rurais, os antigos chefes de tribos, tomam consciência de sua classe, são construídas as grandes catedrais góticas na Europa ocidental. Em épocas diferentes, e concomitante semelhante, verificam-se no Egito o mesmo sistema. Quando os faraós e a classe que os mantêm tomam consciência de seus impulsos de poder e estabilidade, projetam sua espiritualidade na pedra, erguendo as grandes pirâmides. A hierarquia social se organiza e o poder do sacerdote e do faraó sintetizam formas de pensamento que se assimilham, podendo entretanto terem razões diversas, que demandam uma investigação mais profunda para revelar.

Na França, a união dos barões com o clero e as cidades, em 1302, com a convocação dos Estados Gerais pela primeira vez representa aparentes interesses simultâneos que se unem.

Ainda cita Spengler, que pelo fato de Zaragoza, em 1283, Aragão quase foi uma República de nobres governada pe-

(97) GRUMBAUM, Adolf. Espaço e Tempo. In. Filosofia da Ciéncia São Paulo, Cultrix. 1968. p. 183.

la corte. Na Alemanha, poucos decênios antes, um grupo de grandes vassalos atribuíram a si o direito de eleição da realeza, através de quatro príncipes eleitores e 3 clérigos.

Após este estágio de unidade da realça e do poder espiritual, verifica-se a tendência de um império unificado, com a tentativa de transformar o mundo inteiro num enorme vínculo feudal. Estes poderes se interpenetram com tal força que, quando ruiu o feudalismo, o domínio temporal do papado caiu de suas alturas.

Aqui a idéia de simultaneidade não se aten à procuração do tempo, mas a uma coincidência de atos que poderão ser interpretados por naturidez de entendimento em que chegam os homens em diversos lugares em que habitam, ao alcançarem determinado grau de aculturação ou certa intuição símultânea de ação que possibilita certa unidade simbólica em espaços e tempos diversos.

Os fatores que aqui influem, por exemplo, podem ser comparados àqueles que preponderam entre o intervalo que existe entre o ponto P e o Q., já citados. Não há relações causais entre a unidade política e espiritual egípcia e a união entre os barões, o clero e as cidades na França, através dos Estados Gerais. Os fenômenos apresentam feições que se assemelham mas há, entre um e outro intervalos completos de acontecimentos que não são relacionados com o que ocorre nas duas regiões diferentes. Ainda ilustrando mais: a idéia de um soberano cujo poder se estendesse sobre todo o mundo histórico aparece 5 vezes:

1 - A interação entre Horus e o Faraó.

2 - Na China, a concepção de que o império é tudo quanto há debaixo do céu.

3 - Na época pré-gótica europeia, quando Otão o Grande, em 962 A.D. "abrasado" pela emoção e anhelo místico de infinitude histórica e espacial, concebe a idéia do Império Sacre Romano Alemão.

4 - Inocêncio III conseguiu, ainda que por pouco tempo, impor sua autoridade sob toda a cristinidade europeia, ao forçar Felipe II, Augusto de Prússia, já divorciado, a retonar a esposa legítima. Deixou à sua obediência o rei João da Inglaterra e reprimiu a heresia dos albigenenses, organizando contra elas a terceira cruzada.

5 - Gregório VII, segundo Speckler, "no impeto primário de sua soberana finalidade, esforçou-se para realizar o domínio universal do papa, na forma de uma relação feudal com os reis por vasalos".

Há na ruína do Teodolino, um período de crise, onde o estudo civil já se desqualificava, sen, contudo, ter adquirido "fôrma", enquanto o poder eclesiástico, assim lutava para sobreviver. (98)

Ainda o mesmo pensamento, nas transformações simultâneas entre as ciências, a partir do século XVIII. É o que Joaquim Barreiros de Carvalho falará de "Convergência significativa", e demonstrará que as transformações se processam independentemente de influências paralelas sensíveis, no campo da ciência, em particular e em geral. A respeito, cita epistemólogos como - Kuhn, Althusser, Lucien Goldmann, Infeld, Etienne Gilson, George Lukacs, que simultaneamente inovaram a epistemologia da ciência da sua especialidade. (99).

A Física, a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Biociologia passam em época variadas, porém não muito distorcidas, do conhecimento sensível ao intelectivo.

Em todas as ciências humanas, o intelectivo não

(98) SPECKLER, Oswald. *Os Decadentes de Occidente*. Trad. del alemán, Manuel G. Merente. Madrid, Espasa-Cali-
pa, 1950. 10º Ed. p. 432, 433.

(99) CARVALHO, Joaquim Barreiros. *Conhecimento, História...*
op. cit. p. 414/473.

negó o sensível, pris envolve-o, delo retirando os fundamen
tos necessários à sua compreensão. Aplica-se o que foi dí
to no inicio deste item, sob formas variadas e muitas vezes
aleatórias, a teórica de Bachelard ora interpretada no cam
po histórico: há contraste entre o pensamento newtoniano e
o não newtoniano, embora os fundamentos que o representem
possam ter origens independentes dos processos que os encor
dearam.

Materia e Irradiação

Devantando, ainda, os temas que têm aferição com a
História, agora serão analisados os seguintes: "Os caracte
res fenomenais mais importantes da matéria são os relativos
à energia; a matéria deve ser vista como um transformador
de energia e qualifica-se como a energia pode receber os di
ferentes caracteres da matéria; este energiz é que dá conec
ção entre coisa e movimento e por intermédio dela se pode
ver como o movimento se torna uma coisa". (100)

Em Historiografia, os caracteres fenomenais estão
inscritos, no desenvolver do quadro histórico. Não é possí
vel chamar-lhos de fenômenos materiais, mas fenômenos factu
rais. Estes fenômenos estão impregnados de espírito, aqui
denominados elementos psíquicos subjetivos e emocionais, as
saindo como reflexivos e instintivos, conscientizados ou não
nas formas de pensamento e ação, que vão condicionar os fat
tos históricos. Em síntese, é o pensamento que dá conexão
entre ação e fato e é através da reflexão que se observa o
realismo contido na ação que se transforma em fato. O pen
samento influí em diferentes caracteres da fato, e é através
dela que o historiador pode intuir e deduzir suas co

(100) BACHELARD, G.O Novo Espírito... op. cit. p. 61.

nexões a chegar à compreensão.

Ainda pode-se verificar que na Física contemporânea, a energia reincorpora-se na matéria, associa-se à matéria, numa espécie de troca estrutural perpétua. Na intuição contemporânea, trata-se de uma dialética ontológica. (101)

Em História, pensamento e fato não estão separados. Há conexão entre um e outro. O pensamento reincorpora-se no fato em interação psicológica constante.

Vê-se por exemplo, o século XIII da civilização cristã ocidental. Apesar do intenso fervor religioso, parte da sociedade era iminentemente prática, e individualista. A atividade comercial incentivava, principalmente, a humanização do fervor religioso. Assim, vê-se na Itália do século XIII o predominio do acentuado secularismo, notadamente em Veneza, Roma, Florença onde, apesar da evidente influência das instituições religiosas da cristandade, o movimento material era mais intenso. Observa-se, então, a metamorfose. Do fenômeno religioso onipresente e abrangente, surge o humanismo renascentista, da fusão entre cristianismo e secularismo. A própria palavra renascimento é expressiva: nova energia pensamento que brota da conjunção entre o interesse material e o sentido espiritual medievalista, com nova roupagem, esta resultante da simbiose das duas anteriores. (102)

É o resultado do encontro entre o medievalismo europeu e o classicismo greco-romano, postos em contatos pelas cruzadas, o comércio do mediterrâneo e a influência da civilização bizantina, inundadas pelas culturas greco-oriental. Encontra-se o marco desta fase nas obras de Dante e Giotto, homens da era feudal, que antecipam o período moder-

(101) IDEM. op. cit. p. 63

(102) SAVELLE, Max. História da Civ. ... op. cit. p. 336

no.

O paralelo, aqui, embora plausível e perfeitamente aceitável, deverá ser entendido através de uma abstração que situa as questões da Física e da História em seus respectivos lugares, reconhecendo, entretanto conexão possível.

Se o homem é constituído de moléculas dotadas de energia que se transforma em matéria orgânica, com potencial de reflexão que o impõe à ação, os processos internos do microcosmo atômico não poderão diferir do macrocosmo orgânico. Aqui, encontra-se a síntese, de onde há derivação e interdependência, a ação transformada pelo móvel da energia, pensamento iniciado sobre o evento. E chega-se à conclusão, ainda com Bachelard: O abismo metafísico entre o espírito e o mundo exterior intransponível nos metafísicos intuitivas imediatas, parece menos largo na metafísica discursiva que procura seguir os processos científicos.

Ainda, pode-se ilustrar com Charles Morazé: "o que não se exprime e lastra o eu em seu inconsciente posado, totaliza todas as impressões que a fisiologia recebeu dos meios que a condicionam". (103)

Ondas e Corposculos

No presente item, difícil se torna adequação precisa, em razão do método se aplicar a um campo extremamente especializado. Será feita, entretanto, como medida de treino mental, a análise das afirmações: "tornar indireto o que era direto, encontrar o mediato no imediato, o complexo no simples, como medida exata de revolução empirista produzida

(103) MORAZÉ, Charles. A Lógica da História. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1970. p. 98.

pela mecânica ondulatória".

Há, aqui, uma inversão proposital de todos os processos de raciocínio a fim de se chegar a um entendimento aproximado do campo proibido, isto é, o inconhecível provisório perseguido pelo epistemólogo. Poder-se-ia conhecer, por exemplo, a economia medieval, tal qual existiu em sua época? seria possível fazer uma recomposição da evolução do comércio, das propriedades, da forma fiduciária, dentro de um processo de transformação, a partir do período greco-romano? ou das condições de sobrevivência e interligações comerciais das antigas tribos do período pré-cristão, na Europa ocidental?

Pergunta-se: se seria possível penetração total no conhecimento de todo o campo econômico do período, dentro dos processos narrativos tradicionais da Historiografia. Não ficariam lacunas, onde o entendimento não poderia penetrar? Poder-se-ia estudar a sociedade feudal como um todo na Europa Ocidental e chegar a conclusões gerais com argumentos aceitavelmente válidos?

Parafrasando Bachelard, para se alcançar uma conclusão válida, seria necessário fazer extraordinário esforço de reflexão e análise, para se chegar a uma síntese compreensível.

Seria preciso realizar um trabalho que impregnasse dos aspectos peculiares das condições econômicas locais, notadamente a variedade de produtos, com interesses diretos e valorização variada. Estudar as regiões cujas condições de subsistência seriam a vida agrícola, as localidades de influência comercial, os portos de mar, as regiões de produção artesanal mais intensa.

O epistemólogo poderia fazer, aqui, conforme expressa Bachelard, em relação à Física não arquimédiana, onde a substância é reduzida a noções lógicas do espaço e tempo. Inicialmente, a reflexão lógica sobre o espaço, incluindo-se

os problemas morfológicos regionais. Estudar-se-ia a origem do sistema entre os vários povos que viveram na Europa Ocidental, fixando-se o local e as razões de ter-se iniciado na região. A seguir, a adoção dos mesmos sistemas em outras regiões próximas. Aqui, caberia uma indagação: a economia se processa em razão de necessidades naturais da localidade ou teria sido imposta sua adoção em razão de guerras, domínios, intercomunicação, etc? Quais as causas que possibilitaram, na região, um sistema geral comum em dada época? Seria visto, a seguir, o tempo de origem e duração. Para atender às questões acima levar-se-iam em conta a estrutura econômica da cada região e a estrutura da sociedade em geral, a conjuntura econômica e sócio-política geral e regional.

O tempo teria conceituação diferente de repassar cronológico dos acontecimentos. Seria uma temporalidade em que determinadas estruturas e conjunturas prevalecem, trazendo, em seu bojo, ritmos irregulares, provocados por avanços de grupos com capacidade de aceleração, em virtude da estreita comunicabilidade com outros grupos, por interesses comerciais, culturais ou militares e o tempo retardado em que as forças subjacentes tradicionais, regulares impõem os seus valores.

Assim como na Física não arquimediana, onde a substância é reduzida a noções lógicas de espaço e tempo, para o conhecimento aprofundado da economia medieval, haveria uma aplicação em sentido contrário, das técnicas e pesquisas sociológicas da atualidade ao pretérito estudado. Não o relato puro e simples, mas a análise dos tipos e variedades de grupos sociais suas peculiaridades e seu possível encaixe a modelos empíricos estabelecidos pela tradição. Colocar-se-ia em questão, a sociedade patriarcal, com seu modelo geral, seu fundamento econômico predominante e suas injunções jurídicas. Num paralelismo retrospectivo, o estudo comparativo do patriarcalismo chinês, do patriacalismo egípcio e as

bases de sua sustentação, seu tempo de duração e o matizado de estruturas teocráticas carismáticas em cada região, influindo no sistema. Seria possível apreender, na complexidade apresentada o entendimento das raízes tradicionais das formas de produção, as inovações locais surgidas, a introdução de técnicas importadas, as influências várias que vieram contribuir para o status quo dos problemas observados.

Verifica-se, então, o jogo intelectual e real, onde não obtendo determinado resultado por um método, salta-se ao contrário no sentido de se obter, entendimento necessário. Aqui, utiliza-se o quantitativo matemático, as técnicas sociológicas, as formas de pensamento econômico atual e do préstero, para se chegar à síntese necessária.

Estudando-se por exemplo, o regime corporativo, procura-se inicialmente, as razões de sua origem e depois a antítese entre os mercadores que regulamentam sua posição para equilibrarem-se diante da barreira fundamental da ordem social feudal, baseada nas relações sujeitano-vasculares. Ainda o estudo do matizado dos grupos emergentes poderá auxiliar em prepondeância, o entendimento da formação do regime corporativo e os processos de sua dinâmica evolutiva. Dentro das próprias organizações, as corporações mercantis e suas características, as corporações de ofício e seu surgimento. A dinâmica ocorrida entre as duas, a do ofício suplantando, com o tempo, a mercantil, e as razões de uma ser menos conhecida do que a outra e as causas do desaparecimento gradativo de cada uma. Para conhecê-las melhor dentro do nosso tempo, o estudo atual do mecanismo dos sindicatos e seu sistema de defesa de classes, em relação aos capitalistas, ao sistema de controle dos preços e aos monopólios. Em que sentido uma corporação de ofício difere de um sindicato trabalhista. A importância da hierarquização em cada organização e suas transformações no tempo e no espaço. As causas da especialização restrita e específica na época atu-

al e a associação, em uma só pessoa, do homem de negócios, mestre e proprietário, em épocas anteriores. O sistema de mercados e lucros entre uma época e a antítese das suas diferenças no tempo e no espaço.

Não é tarefa muito fácil. O analista deverá utilizar-se de especializações variadas, como por exemplo, as teorias econômicas, o conhecimento sociológico aliados às deduções históricas. A síntese exporia o real histórico, que traria em si toda a gama das contradições tradicionais e os sistemas atuais, onde a compreensão da época pretérita, dentro do tempo atual, seria objeto de junção e de entendimento entre as relações de espaço, tempo protótipo e tempo atual.

Determinismo e Indeterminismo - A Noção de Objeto

O tema acima proposto é muito discutido, valendo-se, entretanto apresentá-lo conforme alguns itens relevantes para o método histórico. Eis o que parece mais importante: "O determinismo antigo é consequência da simplicidade da geometrização primeira, um esforço para racionalizar o real".

Em História, verificam-se as tentativas de Hegel, Herder, Ranke, de elaborarem um sistema teológico de determinismo, com uma finalidade moral para os acontecimentos, onde há, hierarquizados, caminhos traçados, da representação histórica.

Diante de tal princípio, a dialética entre burguesia e nobreza, o conservadorismo e o liberalismo que se dá na História através da explosão das etapas revolucionárias do final do século XVIII e todo século XIX, teria uma finalidade pré-determinada, a meta além da História que seria, de acordo com as interpretações idealistas, o encaminhamen-

to para a igualdade de classes, liberdade de pensamento e outras inovações provocadas pela saturações de etapas, que dariam lugar a novas, mais aperfeiçoadas, conforme as depo
rações necessárias da eticidade, guiada pela idéia ou o nou
meno oculto das predefinições do absoluto.

Esta espécie de determinismo apresenta-se mais em caráter empírico do que científico. Observam-se as grandes linhas da História, sem, contudo, atingir seus aspectos es
senciais do profundo.

De acordo com o exposto, desde que haja condicione
mentos tais para um acontecimento histórico, haveria este forçosamente de ocorrer.

Gurvitch, assim como Bachelard, condenaram o aspecto determinista com base empirista, mostrando a necessidade de sua retificação, ou pela experimentação ou pela comprovação estatística.

Na questão, trata-se de estudar os determinismos¹ de modo particularizado. Os fatores que, diante de certos condicionamentos determinam certas ocorrências, não são, entretanto, de ordem tão precisa ao ponto de possibilitarem a generalização inquestionável. Eis, por exemplo, um determinismo de ocorrência histórica: "A libertação dos escravos, no Brasil, esfacelou a aristocracia agrária, apoio da monarquia, e possibilitou a proclamação da República". E claro que um acontecimento determinou o outro. Sob este aspecto, pode-se falar em determinismo, sendo aqui, also particularizado, sui-generis, aplicado a tal fato, em determinado espaço e tempo, isolado e único. Tal pensamento determinista não poderia ser aplicado de modo generalizante para toda América, como: "A libertação dos escravos esfacela o sistema agrário escravista e possibilita a formação do regime republicano". Sabe-se que o regime republicano, nas colônias inglesas, se instalou, dando, entretanto, continuidade ao regime escravocrata.

Para se comprovar o determinismo histórico, o melhor caminho seria o que Bachelard denomina de determinismo negativo, dogmático, o que não será. Gurvitch apresenta um determinismo sociológico global, correspondente a determinado tipo de sociologia, entendendo-as hierarquizada e comparativamente, e que ele denomina de esforço de unificação dos determinismos universalizadores, dos microdeterminismos, dos determinismos sociológicos parciais dos grupos. (104)

Para esta adensão, necessário se torna uma zona de flexibilidade interdisciplinar, na qual cada questão examinada, de por si, poderá ter pontos comuns, embora diferentes em espaço e tempo, e que possibilitem afirmações de ordem determinística.

Aplicando o mesmo sistema em História, verifica-se que os campos concidem.

Poderia da generalizar a questão: "O capitalismo burguês seu origem no liberalismo"? Seria temerário. Houve capitalismo não fundamentado no sistema social burguês, houve-o fundamentado no sistema, dependendo, na questão em causa, das condições sócio-econômica e históricas de cada região a estudar.

Seria necessário, então, avaliar a microhistória de cada região para, dentro das variedades multiformes de fatos, levantar alguns aspectos gerais comuns que não seriam considerados propriamente deterministas, mas possivelmente, pseudo-deterministas, algo provisório, zona aberta a considerações posteriores.

Ainda parafraseando Bachelard, dever-se-ia aqui, abordar, a diferença entre determinismo e causa. É preciso, entretanto, que se esclareça que alguns historiógrafos substituem causa por condicionamento.

(104) GURVITCH, G. Determinismo Social e Liberdade Humana. Rio de Janeiro. Forense 1962. P. 270.

A causa é de ordem geral em História. Ex: A revolta luterana causou a Reforma Religiosa na Europa centro-occidental. Dentro deste princípio causal, pode-se englobar vários tipos de reforma religiosa; há a que ocorreu na Inglaterra ou na Espanha, por exemplo. A causa geral pode ser uma só, mas os elementos determinantes das ocorrências são variados e particularíssimos. Eis, então, a questão: o princípio de causa é móvel e o determinista é fixo e particularizado.

Chega-se aqui, ao indeterminismo, no sentido das probabilidades. A afirmação do indeterminismo em História é mais condizente com a noção da imprevisibilidade da ação humana. Aqui, como em Física, é preferível as probabilidades com validades estatísticas e hierarquizadas.

Eis o que Marx afirma em relação à dialética histórica: consiste em acentuada luta de classes: em Roma antiga, a Secessio Plebis e a revolta de Spartacus, por exemplo. Existiu no período medieval e na atualidade histórica do domínio burguês sobre o proletariado. Seria de ordem determinista esta dissensão entre dominantes e dominados ou dirigentes e dirigidos? Entra, aqui, a questão da probabilidade. A particularização para cada fato em si, se faz necessário, a fim de que se possa estabelecer que fatos sociais, jurídicos, ou econômicos determinaram-nos. Só, a estatística poderia mostrar pontos em comum entre todos. Chegar-se-ia, então, ao que Bachelard expressou em relação à Física: o indeterminismo histórico engloba o determinismo.

A questão ainda não satisfaz inteiramente ao epistemólogo tradicional, mesmo por que, em História, o singular é que prevalece no móvel do seu entendimento. Aqui, o fato histórico individualizado, único, não existe de forma absoluta. Está todo ele envolto de certa complexidade, pertence a uma determinada classe de ocorrências, está ligado aos fenômenos psíquicos, econômicos, e sociais do seu tempo.

Para ser entendido, por exemplo, em sua extensão e profundidade, a ponto de possibiliter inferênciar, o fato histórico denominado Primeira Guerra Mundial, há que estudar todas as classes de guerras ocorridas na História Universal, para que se possa deduzir o tema em causa e compreendê-lo em sua profundidade. Entender, em toda sua plenitude, a Primeira Grande Guerra Mundial, onde se atingiria o real nela contido, só poderia ser feito através da classe. O mesmo se aplica às revoluções, sejam elas políticas, religiosas ou intelectuais. Tocino e Spengler abordam esse aspecto histórico elaborando paralelos facturais que se correspondem, porém de modo aleatório, no tempo e no espaço. Realiza-se, aqui, a reclassificação do realismo com o impulso gerado no abstrato, que expõe a insidência psicológica na qual determinada sociedade, diante de certa maturação política, sócio-econômica e religiosa, partiria para determinado comportamento, aliando tendências subjetivas ao período circunstancial em causa.

A Epistemologia não Cartesiana

O que foi expresso nos capítulos anteriores é, em seu conjunto, sintetizado no atual capítulo. É o que Braudel, Marc Bloch, Juan Reigl, em História, Gurvitch e Lucien Goldmann em Ciências Sociais, vêm tentando, às vezes com matizado diferente, mas dentro da mesma reflexão psicológica.

Quando se nega a perenidade dos melhores métodos, o que é feito neste capítulo, expressa-se o princípio revolucionário em ciência. Não há, entretanto, aqui, a condenação dos métodos do passado, o que se desceja é ultrapassá-los; infastando quaisquer veleidades de que representem, a última expressão em epistemologia científica.

Em Historiografia o fato isolado, individualizado, mesmo em se tratando de guerra, de comoção social, através de revoluções ou do estudo das mentalidades de um período, não pode estar desligado da conjuntura universal da época e da atualidade. Mesmo quando se costuda, por exemplo, uma saga da mitologia grega. O seu relato simples nada representa. Está, entretanto, ligado ao meio geográfico, à imaginação popular da época, aos interesses da classe sacerdotal em mantê-la, ao sistema sócio-econômico, à psicologia do período que a concebeu. Verifica-se, então, que o analista não condensa o levantamento das estórias de uma época, para se entender a História do mesmo período. Tudo é levado em conta, em razão de se saber que cada pensamento humano, por mais simples que pareça, vem cívado de complexidades múltiplas. É o que Bachelard denomina de análise epistemológica dos fenômenos simples, negando-os em razão de entender que qualquer fato é um tecido de relações.

Eis, v.g.o trabalho de Juan Reglá em A Demografia na História de Espanha Y América. (105) Se tratasse, exclusivamente, do povoamento das duas regiões num dado período, de um século, por exemplo, não haveria um estudo científico completo que possibilitasse o que Marc Bloch denuncia de compreensão vertical e horizontal.

O estudo abrange etapas que Juan Reglá aplicou ao que Bachelard denomina de realismo técnico. Foi verificada a técnica censitária da época, sua finalidade, os modos de avaliação, o índice de cálculo de população total, analisando-os e criticando-os. Aos levantamentos estatísticos, na base acima citada, foram adicionados sua distribuição geo-

(105) REGLÁ, Juan. A Demografía de Espanha y América. In: História de Espanha y América; Vicens Vives. Barcelona, Tomo III 1a parte.

gráficas e sua densidade demográfica, a estrutura social, a povoação, a economia e a mentalidade. Foram estudadas, igualmente, fundamentando-se em dados estatísticos, as propriedades e os valores materiais de todas as classes sociais. Finalmente, a mentalidade ou o estudo do espírito dos grupos componentes das classes sociais, no período dos três primeiros Austríacos.

Completa o trabalho com abundante e magnífica ilustração, como fotografias, quadros estatísticos, mapas demonstrativos.

Juan Regla estudou o país em dois séculos e fez o levantamento da vida que se projetou no quadro histórico onde os Austríacos se apresentam como índice de capitais, baliza nominativa, expoente do que constitui a época. O que se ressaltou foi a vida dos grupos humanos que habitaram a Península Ibérica, observada em todos os seus matizados.

Realizou-se o que Joaquim Barradas de Carvalho expressou: História interpretativa, produto de indução, dedução, valorizações estatísticas, manipulação de dados, generalizações e caracterizações para chegar ao entendimento inteligível do período, com objetivo real de indagação científica. (106)

Observa-se, no estudo acima citado, as etapas seguintes do último capítulo de O Novo Espírito Científico.

1 - Subversão do problema da intuição, que deve ser precedida por um estudo discursivo que realiza uma espécie de dualidade fundamental. Verifica-se um estudo estatístico, procedido de um aspecto discursivo, no qual são expostos e criticados os processos consitários da época, pondero-se balizas para sua compreensão. Observa-se então, a

(106) CARVALHO, Joaquim Barradas de, Conhecimento, História..., op. cit., p. 415/462.

dicotomia fundamental da ciência: o estudo apresentado corresponde exatamente à realidade? Os dados de que se vale o autor não possuem a extensão completa, porque muitos documentos se perderam com o passar do tempo ou não foram suficientemente compilados na época. Valeria, então, obter dos dados existentes as condições necessárias para uma recomposição maior. A lacuna existente, as falhas encontradas seriam preenchidas pela reflexão, a dedução e a intuição, dentro das perspectivas de conhecimentos sócio-econômicos da época e da atualidade.

2 ~ "As noções de bases desdobradas, devem ser cercadas por noções complementares". Aqui, há, dentro do tema central que foi o estudo demográfico, a complementação com trabalhos extras, como roteiros de viagens, situações políticas, biografias, sages, condições sócio-religiosas e mentais da atualidade, que são reflexos de situações históricas do protérito.

No plano histórico seria a equação do noumeno e do fenomeno, pela dialética da racionalização ativa, "onde o conhecimento não atinge, o pensamento conclui". Eis, como ilustração, a síntese que apresenta o período dos primeiros Austrias na Espanha: Correspondeu a uma época de levantamento dos bricos da nação. O país, libertando-se dos resíduos do domínio dos mouros, tomou consciência de seus valores reais, não só para tornar-se senhor de seu próprio solo, mas expandir suas potencialidades no futuro desconhecido. Os conhecimentos obtidos através dos mesmos mouros, aliados à miscigenação ibero-islâmica, proporcionaram novos impulsos tópicos, notadamente na arte de navegar. Embora, aparentemente, se apresente como índice de segurança psíquica pelo afastamento do povo opressor, não havia, dentro da realidade social hispânica tal fundamento. Em certo sentido, já existia opressor e oprimido, mas, sim, um povo miscigenado, onde os impulsos de um e outro, sob orientação política e

condições sócio-econômicas parte alienígena e parte local, se aliaram para os arrojos da conquista e a afirmação de uma nacionalidade, cuja existência apenas perdura através de uma mentalidade conservadora de élite. O noumeno encontra-se no impulso para empreendimentos arrojados, conexão de medievalismo e espírito renascentista, onde o quixotismo medievo impulsionou a ação e o realismo técnico humanístico consolidou as possibilidades em potencial. A síntese é dotada de matizes variados, onde a noção de flexibilidade deve ser a tônica essencial de entendimento.

O racionalismo aberto perdura, aguardando que novas conquistas técnicas, possibilitem inferências invadadoras, impulsione maior compreensão da época em questão e do homem atual, em parte produto dos impulsos tradicionais que a experiência do passado revela em seu subconsciente.

A N A L Ó G I A

A questão do maior impasse na adequação ao método de O Novo Espírito Científico, encontra-se no campo da experimentação. Os cientistas colocam-na na base do conhecimento da realidade, desse que seja feita a conciliação com a hipótese, sugerida pelo raciocínio advindo da observação.

Caio Prado Júnior em A Dialética do Conhecimento, procura equacionar a questão com a seguinte afirmativa: "a experimentação em história consiste na participação direta e pessoal do observador nos acontecimentos em que o homem, é a figura principal". Ainda refuta a objeção dos epistemólogos tradicionais das ciências técnicas quando expressa que não há controle de fatos, tanto nos fenômenos naturais, quanto nos fenômenos humanos. E exemplifica: "ninguém pode impedir que uma pedra caia quando solta no espaço, ninguém pode impedir que um organismo privado de vida entre em decomposição". E reafirma: "é precisamente na queda e na decomposição que reside a experimentação". (107)

A tradição objetava: "podemos provar a queda dos corpos e conhecer as causas de sua queda". Não é possível determinar, entretanto, com precisão, a queda de todos os corpos, nem as causas totais de sua queda. Dentro de um racio-

(107) PRADO, Caio Júnior. Dialética do Conhecimento. São Paulo, Brasiliense, 1969, 5^a. Ed. II Vol. p. 498.

cínio simplificado, pode haver controle experimental em al-
gum campo, mas não acontece, entretanto, em todas as oco-
rências dos fenômenos.

Verifica-se, portanto, que nas ciências da natureza como nas ciências humanas, a prospecção está, ainda, em território maledígo, a exigir reflexões que ultrapassam, no momento, a capacidade do entendimento completo. Mas Caio Prado Junior ainda tenta adequação, referindo-se ao campo político: "O biólogo com seus tubos, o químico com suas provetas, não se distingue, essencialmente, do político ou do administrador, com suas leis e mandatos". (108)

Ambos observam, refletem e emitir hipóteses que deverão ser comprovadas pela experimentação, nas ciências exatas, pelas ocorrências humanas, no campo das ciências humanas. O economista, numa grande empresa, tem como objetivo a interação das ações humanas e das forças naturais. Neste campo, elabora hipóteses e prevê acontecimentos que deverão ser comprovados posteriormente.

Carrol Quigley, tentando a mesma adequação, expressa-se a respeito dos cristais: "A ciência mostra que um cristal de quartzo deve ser um prisma exagonal com uma pirâmide". Ao fazer suas verificações, conclui, entretanto, que 99% dos cristais encontrados, na natureza, eram deformados por forças exteriores. Somente o cristal obtido em laboratório, afastados quaisquer agentes externos deformadores, podem ter o formato idealizado pela ciência. (109)

Observa, portanto, que as afirmações científicas não possuem caráter determinante absoluto, mas uma aproximação ideal da realidade.

(108) IBID. p. 499

(109) QUIGLEY, Carroll. A evolução das Civilizações.
 Trad. João Távora. Rio de Janeiro, Fundo de
 Cultura, 1961, p. 13

Carl Hempel procura mostrar que as leis gerais têm, nas Ciências da Natureza e na História, analogia de funções. Explica que o termo lei sugere a ideia de confirmação por provas relevantes, que dificilmente podem ser obtidas e confirmadas para ratificarem a natureza do todo e qualquer fenômeno, seja da Física ou das Ciências Humanas. Prefere substituir o termo lei pela expressão "Hipótese Universal".

Tanto nas Ciências da Natureza como na História, por exemplo, é possível tecer uma Hipótese Universal, explicativamente científica, se forem obedecidas as seguintes etapas:

- 1 - Uma série de afirmações que assegurem a ocorrência de determinados eventos em certos tempos e lugares;
- 2 - Estarem as afirmações razoavelmente confirmadas por provas empíricas;
- 3 - Ser possível deduzir lógica e conclusivamente as razões dos eventos;

Explicitando melhor os enunciados acima, no item 1, as afirmações expressariam certeza de ocorrência de determinados fenômenos e os itens 2 e 3 conteriam as leis gerais ou hipóteses universais com base nas provas, descriptas de modo definido.

Esclarece, entretanto, não haver possibilidade de descrição completa de um evento individual, em razão deste último exigir na relato de todas as propriedades manifestas, e seria impossível ter, em linha de conti, todas as suas características, dentro da hipótese universal, embora reconheça que a explicação possa se tornar gradualmente, "mais específica e compreensiva," (110) desde que haja flexibilidade

(110) HEMPEL, Carl. A Função de Leis Gerais em História. In Teorias da História. Patrick Gardiner. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1964, p. 421, 235.

de no raciocínio e que as questões não passíveis de explanação, fiquem em aberto, conforme expressa Bachelard.

A fim de explicitar, ilustrativamente, as afirmações acima, pode-se voltar à mecânica newtoniana, a respeito da lei de gravitação dos corpos, que é uma lei de caráter geral, não invalidada com o progresso da Física, porém envolvida e ampliada, com a compreensão de que nem todos os corpos se curvam na mesma proporção, sendo necessário uma tabela quantitativa e experiências numerosas para a sua confirmação particularizada em todos os corpos. Seria, então como expressa Keppler, uma hipótese universal, de âmbito geral, passível de confirmação individualizada, para ter validade completa.

Na História, análoga afirmação poderia ser expressa, como por exemplo: "Toda cultura característica, ao chegar ao ápice de sua expressão, tende a degenerar e a esmaecer". Comprovações documentais numerosas podem confirmar a afirmação acima e expressar sua validade. Restaria, como confirma Bachelard, compreender que o raciocínio expresso não está encerrado, não findou o seu enunciado e suas provas. É, ao contrário, ponto de partida para novas indagações, pesquisas e comprovações documentais, de onde novas deduções poderão ser extraídas, como a que acrescentou Toynbee à hipótese universal acima expressa: "as culturas características ao evoluirem, realizam interações de conhecimentos que possibilitam o progresso". (III) Demonstrar esse segundo axioma, é dar continuidade à investigação científica na linha metodológica de O Novo Espírito Científico.

(III) TOYNBEE, Arnold. Um estudo de História. Trad. J. Farmento de Beires, São Paulo, Jackson, Vol. I/IV, 1953.

C O N C L U S A O

Ao atingir a etapa final em questão, necessário se torna elaborar a síntese da adequação, ou a conjunção do raciocínio dialógico, cuja hipótese inicial recebeu a seguinte formulação: "É possível adequação entre a metodologia científica aplicada à Física e à Historiografia".

Os pontos de confronto entre as duas áreas científicas se conciliam, notadamente quanto aos aspectos gerais do pensamento científico. A dificuldade se infiltra, à medida em que a teoria se atem aos temas concretos da Física, principalmente quando as experiências de laboratório são exigidas como prova. É entretanto, um impasse provisório que vai adquirindo afinidade, desde que as duas áreas científicas se desvinculam do espírito científico clássico e procurem solução com as novas formas de raciocínio dialético.

É necessário, como expressa Bachelard, fazer conexão à razão, apreender nas intuições possíveis os aspectos que mais se aproximam da problemática conciliatória, solicitar o auxílio das ciências afins, para ser possível realizar o trabalho comparativo.

O campo da ambiguidade está sempre presente e as questões podem, algumas vezes, permanecer em aberto, aguardando soluções posteriores, com novos estudos que venham a surgir.

O aspecto essencial da temática estudada é o choque, aparentemente contraditório, entre a indução reflexiva aplicada às ciências, na atualidade, e as generalizações empíricas das investigações tradicionais. Não se trata de oposição radical, mas de diferenciação, ampliação e envolvimento dos raciocínios científicos clássicos pela reflexão dialética. Em Física, observa-se a mecânica não newtoniana

envolver a newtoniana, a geometria não euclidiana ampliar a euclidiana, a epistemologia não cartesiana aprofundar a razão cartesiana, o indeterminismo superar as generalizações simplificadas do determinismo.

Em História, a análise sócio-econômica envolve o evento, o emprego sistemático das fontes documentais que comprovam um fato, envolve a narrativa linear fundamentada no testemunho e na imaginação, as decomposições quantitativas se contrapõem às sínteses explicativas da observação empírica.

Em ambas as áreas científicas a preocupação epistemológica é auscultar a realidade oculta, na aparência da fenomenalidade. O emprego do raciocínio psicologizado é fundamental na investigação dos mecanismos secretos de um fenômeno, seja das Ciências da Natureza ou das Ciências Sociais.

Parafrasando Pachelbar, Roger Bastides, na Introdução de seus Estudos Afro-Brasileiros expressa que "só há ciência do oculto", e é nesta linha de pensamento que procura investigar as manifestações afro-brasileira nas produções literárias dos homens do sôr do Brasil, o protestantismo escondido no estilo de André Gide e o judaísmo na obra de um Promust. (112)

No mesmo diapasão, o historiógrafo irá encontrar o judaísmo oculto nas obras de Marx, servindo de pano de fundo às contradições sócio-econômicas do século XIX, e os radicalismos psicológicos da normalidade eslava, na obra de Lenin e de Stalin, contracenando com a saturação dos abusos do antigo regime russo e a mentalidade burguesa europeia.

(112) BASTIDE, Roger. Estudos Afro-Brasileiros. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. XVII, XVIII.

Em Física, "as equações gravitacionais da relatividade geral procuram aprender as propriedades geométricas do nosso Universo ou indagam se o essencial dos fenômenos físicos, não é a carga ou partícula, mas o campo no espaço entre as cargas e as partículas"... (113)

Expressando, em síntese, a posição dos dois universos científicos, verifica-se:

1- No campo das Ciências da Natureza e Humanas, o conhecimento dos fenômenos se encontra em esfera de grande relatividade, portanto, seu método de raciocínio é passível de estreita afinidade.

2- Quando se trata de conhecimentos empíricos, observáveis à primeira vista, os contrastes se evidenciam.

3- A conciliação dos métodos pode se verificar, tanto nos princípios gerais da teoria, como nas reflexões de temas específicos, embora aí se situe a dificuldade.

4- As metas dos cientistas, da História e da Física, são a compreensão e a confirmação através de provas.

5- Em ambos os campos, o estudioso parte de um planejado e empírico, para a formulação de hipóteses, passíveis de elucidação.

6- Pode haver variedade de campo de investigação, mas os raciocínios que confabulam com a realidade, sofrem apenas diferenças perfunctorias.

7- A dialética norteia o campo das reflexões, tanto em Física como em Historiografia.

8- Em Física como em Historiografia a confirmação de hipóteses se baseia em provas. O campo da primeira é o laboratório, da segunda os documentos.

9- Em Física como em História, as afirmações cien-

(113) EINSTEIN, Albert. A evolução da Física. Lisboa, Livros do Brasil, (S. F.) p. 180, 185.

tíficas não possuem caráter determinante e absoluto, mas certa aproximação da realidade.

10 - Tanto em Física como em Historiografia, o indeterminismo engloba o determinismo, sendo preferível as probabilidades com validades estatísticas e hierarquizadas.

11 - Tanto em Física como em Historiografia, pode haver leis gerais de prospecção, sendo impossível, entretanto, a extensão das mesmas leis através de casos particularizados e concretos.

12 - Tanto em Física como em Historiografia a simplicidade das afirmações é envolvida pela complexidade das reflexões.

A dimensão mais importante da adequação fixa-se no conhecimento da realidade. É um processo de elaboração mental por onde o cientista conjuga impressões sensoriais, experimentação e reflexão. Algo ocorre no espírito do cientista e lhe dá, de repente, a certeza incontestável daquilo que é. Essa certeza, embora dependa de uma convergência de dados auferidos no decorrer da pesquisa ou no próprio objeto de estudo, é o resultado de profunda e exaustiva elaboração mental, pela qual, de súbito, a mente penetra no campo da realidade. Nesse momento se dá o famoso Eureca do sábio Arquimedes de Siracusa.

Bachelard vale-se de todos os recursos da ciência, adquiridos no campo da Física, para expressar o encontro da mente com a verdade procurada, mas provisoriamente fora do seu alcance, pela míngua de auxílios técnicos e de possibilidades racionais. Procura o cientista novos reforços na Matemática, Geometria, Química e outras ciências afins para revelarem o essencial daquilo que a ciência em causa não logra atingir isoladamente. É o raciocínio psicologizado aplicado ao conhecimento de uma realidade que requer todas as possibilidades do engenho humano para revelá-la.

É essa mesma realidade que os modernos historiô-

grafos como Braudel, Reglá, Bloch, Lefebvre e Mauro procuram, ao estudarem o passado histórico. No mesmo diafilme, os cientistas da História solicitam os recursos da Matemática, da Economia, da Política, da Sociologia, da Antropologia, enfim, conjugam todas as formas possíveis do conhecimento e da técnica aplicados à História, para revelarem a realidade contida no passado. Nesse campo, o historiógrafo concebe o tempo de longa, média e breve duração e surgem as especialidades, como História Social, Econômica, Política, Religiosa, Demográfica e das Mentalidades, através das quais o cientista procura encontrar, não só a realidade do que foi mas aquela contida no que é e será, mesmo se apresenta-se ampliada ou condensada, sugerida ou explicitada através de dados numéricos, palavras, ou de símbolos, contanto que forneçam perspectivas reveladoras, tenham elas várias faces, ângulos diversos, proporções diferentes, medidas diversificadas. Eis a razão do pluralismo historiográfico e suas demais dimensões: individual, coletivo, condicional, retrospectivo e perspectivista.

Necessário se torna que o cientista dê forma compreensível às suas revelações teóricas. Em Física é importante que a experimentação comprove as mensagens que a inteligência percebeu. Nem sempre a técnica torna evidente a realidade sentida pela mente. Faltam instrumentos reveladores, e muitas vezes as palavras carregam de sentido explicitador. O cientista sabe, depois de profundamente trabalhado pelo intelecto, onde se encontra a realidade, mas faltam-lhe meios que revelem suas descobertas. É quando o raciocínio aberto se faz necessário, a espera de novos recursos técnicos e racionais que possam expor o que a mente apreendeu.

Em Física, como em Historiografia, em Sociologia como em Química, em Geometria como em Filosofia, em Biologia como em Antropologia, em Matemática como em Letras, a

Lógica psicologizada é básica para se atingir à realidade. Nem sempre os recursos humanos e técnicos são capazes de revelarem a verdade procurada. É por isto que Bachelard expressa que é na Matemática que está a função mais realizadora do espírito. É a ciência pela qual o concreto pode ser representado através de símbolos, capazes de registrarem os processos abstratos que a mente concebeu. Eis a razão pela qual a Matemática está sendo introduzida nos trabalhos de Historiografia, e a História quantitativa oferece o panorama básico por onde as ocorrências históricas se tornam evidentes em sua realidade palpável.

A fim de ilustrar o trabalho efetuado, apresentamos um ensaio sobre "A inquietação política da sociedade goiana no período da Independência do Brasil".

A dialética norteia as variadas etapas da análise e a estrutura do trabalho é figurada de forma a haver, não só a justaposição dos temas estudados, mas contrapontos de reflexão, cuja síntese representa a harmonização provisória, novada pelas circunstâncias históricas dominantes e revela, igualmente, a dinâmica continuada das tendências não realizadas.

F O N T E S C O N S U L T A D A S

As fontes se dividem em 4 partes:

- a) Bibliografia Citada.
 - b) Bibliografia Consultada.
 - c) Documentos Consultados,
 - d) Recençamentos Consultados.
- a)
1. ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Trad. sob. coord. Alfredo Bosi. São Paulo, Mestre Jou, 1973.
 2. ARON, Raymond. Les étapes de la pensée sociologique. France, Gallimard, 1967. p. 659
 3. BACHELARD, Gaston. O Novo Espírito Científico. Trad. Juvenal Halini Júnior. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963, p. 151
 4. IDEM. Filosofia do Novo Espírito Científico. Trad. Joaquim José Moura. Lisboa, Presença, 1972, p. 203.
 5. IDEM. L'engagement Racionaliste. Paris, Presses Universitaires. 1972, p. 190.
 6. BASTIDE, Roger. Estudos Afro-Brasileiros. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 384.
 7. BAUER, Wilhelm. Introducción al estudio de la Historia. Barcelona, Bosch. 1957. 3 Ed. p. 626.

8. BLOCH, Marc. Introdução à História. Trad. Maria Manuel Miguel e Rui Gracis. Lisboa, Saber, 1965, p. 179.
9. BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. Trad. Carlos Braga e Inácio Canellas. Lisboa, Presença, 1972, p. 260.
10. IDEM. História e Sociologia. In História e Ciências Sociais. Trad. Carlos Braga e Inácio Canellas. Lisboa, Presença, 1972, p. 260.
11. IDEM. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II. Trad. Mário Monteforte Toledo y Wenceslau Roces. Buenos Aires, Fundo da Cultura Econômica, 1953. p. 1301 - 2 Vols.
12. COLLINGWOOD, R. G. A Idéia de História. Trad. Alberto Freire. Lisboa, Presença (S.E.), p. 492.
13. EINSTEIN, Albert e INFELD, A Evolução da Física. Trad. Monteiro Lobato. Lisboa, Livros do Brasil (S.E.), p. 231.
14. FEYERABEND, Paul. Problemas da Macrofísica. In Filosofia da Ciência. São Paulo, Cultrix, 1968 , p. 240-255.
15. FOULQUIÉ, Paul. A Dialética. Trad. Luis Caeiro. Lisboa, Saber 1966. p. 120.
16. FRANCA, Pe. Leonel. S.S. Nocões de História da Filosofia. Rio de Janeiro. Pimenta Mello, 5^a Edição, 1928, p. 337.

17. FUETER, Eduard. História de la Historiografia Moderna. Buenos Aires, Editoreal Nova, (S. El), p. 307
18. GASSET, José Ortega. Kant. Hercol. Dilthey. (Madrid, Revista do Ocidente, 1958, p. 219)
19. GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia. Trad. Lupe Cotrim Garande e José Arthur Gisnnot. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª Ed. 1970, p. 117
20. GOODMAN, Nelson. Ciências e Simplicidade. In Filosofia da Ciência, São Paulo, Cultrix, 1968. p. 240-251.
21. GRUMBAUM, Adolf. Espaço e Tempo. In Filosofia da Ciência. São Paulo, Cultrix, 1968, p. 167-205.
22. GURVITCH, H. G. Determinismos Sociais e Liberdade Humana. Trad. Heribaldo Dias da Costa. Rio de Janeiro, Forense, 1968, p. 361.
23. HEMPEL, Carl G. As Funções de Leis Gerais em História. In Teorias da História. Lisboa, Gulbenkian, 1964, p. 421-435.
24. KANT, Immanuel. Filosofia de la História. Trad. Ermílio Esten. Buenos Aires, Ed. Nova, 1964, p. 210.
25. MAURO, Frédéric. Nova História e Novo Mundo. São Paulo, Ed. Universidade São Paulo, 1969. p. 286
26. MESSER, Augusto. História de la Filosofia Atual. Buenos Aires, Espasa Calpe, 1941, p. 200

27. MORAZÉ, tñarles. A Lógica da História. Trad. Luiz Felipe Bacta Neves. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, p. 224.
28. PRADO, Caio Jr. Dialética do Conhecimento. São Paulo. Brasiliense. 1969. 5^a Ed. II Vol. p. 869.
29. QUIGLEY, Carroll. A Evolução das Civilizações. Trad. João Távora. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961, p. 307.
30. REGLA, Juan. A Demografia de Espanha y América. In História de Espanha y América. Coordenação de Vicente Vives. Barcelona, (E.S.) Tomo III, 1^a. Parte. p. 603
31. SAVELLE, Max. História da Civilização Mundial. / Trad. Milton Amado. Belo Horizonte, Itatiaia , I Vol, 1964, p. 502
32. SPENGLER, Oswald. La Decadencia de Occidente. Trad Del Almanzor Manuel G. Morante, Madrid, Espasa Calpe, 10 Ed. 1958, p. 1160 2^a Vols.
33. TOYNBEE, Arnold. J. Um Estudo de História. Trad. J. Sarmento do Beirós. Condensação dos Volumes I & VI, por D. C. Somervell. São Paulo, Jackson, Vols. I, II, III, IV, 1953, p. 1.100.

R E V I S T A

1. CARVALHO, Joaquim Barradas; Conhecimento, História, Realidade. Por uma História do Pensamento; (A propósito da prodição de Le Méditerranée, do Fernand Braudel. In Revista de História. São Paulo, Vol. XLII, nº 86, Ano XXII, Abril-Jun.1971.

p. 415 - 473.

- b)
1. BACHELARD, Gaston - Le rationalisme appliqué. Paris. Presses Universitaires de France, 1970. p. 215
 2. IDEM - Le Matérialisme rationnel. Paris. Presses Universitaires de France - 1972 - p. 224
 3. BLAKE, Christopher - Poderia a História Ser Objetaiva? In Teorias da História. Lisboa, Gulbenkian, 1964. p. 403-420
 4. GORDON, Child - Teorias da História. Trad. Rui Moura - Lisbon, Portugalia,(S.E.), p. 179.
 5. COLLINGWOOD, R. G. - A História Como Representação da Experiência Passada. In Teorias da História. Lisboa, Gulbenkian, 1964, p. 305-319.
 6. CROCE, Benedetto. História e Crônica - In Teorias da História, Lisbon Gulbenkian, 1964, p. 275 - 291.
 7. GOOD, William, J. e PAUL, K. Hatt - Métodos em Pesquisa Social. Trad. Carolina Martuscelli Boari. São Paulo, Ed. Nacional, 4^a Ed., 1972, p.488.
 8. HEMPEL, Carl - Filosofia da Ciência Natural -Trad. Plínio Sussa Zind Roehn: Rio de Janeiro, Zahar, 1970. p. 142.
 9. IDEM - Exlicações por Meio de Razões. J. Filosofia das Ciências. São Paulo, Cultrix, 1968, p. 160 - 175.

10. IDEM - As Funções das Leis Gerais em História - In Teorias da História. Lisboa, Gulbenkian, 1964, p. 421-435.
11. LABROUSSE, Ernest et alir. L'Históire Sociales. Paris, Presses Universitaires, 1967, p. 292.
12. LEFEBVRE, Henri. - Materialismo Dialético e Sociologia - Trad. Joaquim Moura Ravos. Lisboa, Presença. 1963. p. 159.
13. MARROU, H. S. Do Conhecimento Histórico. Trad. Rui Belo. Lisbon. Aster, (S.E.) p. 238.
14. MASON, S. F. História da Ciência, Tradução de Flávio e José Veliho de Lacerda. São Paulo. Globo. 1964 p. 577
15. MORGAN Besser, Sidney. O psicologismo e o individualismo metodológico. In Filosofia da Ciência São Paulo, Cultrix, 1968.
16. MORAZÉ, Charles. A lógica da história. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, p. 224.
17. MOTOYAMA, Shozo. O desmoronamento de uma Cosmologia. In Galileu Galiloi: Um estudo sobre a lógica do desenvolvimento científico. Tese de Doutoramento, U.S.P., São Paulo, Inédito.
18. NAGEL, Ernest. Ciência, Natureza e Objetivo. In Filosofia das Ciências. São Paulo, Cultrix, 1968, p. 14-24.
19. IDEM. Alguns problemas da lógica na análise histórica. In Teorias da História. Lisbon, Gulbenkian, 1964, p. 456-472.

20. PUTNAM, Hilary. Probabilidade e Confirmação. In Filosofia da Ciência. São Paulo, Cultrix, 1968, p. 140-152.
21. RUSSEL, Bertrand. O Materialismo Dialético. In Teorias da História. Lisboa, Gulbenkian, 1964, p. 347-359.
22. SPENCER, Oswald. O mundo como história. In Teorias da História. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1964, p. 228-244.
23. SUPPES, Patrick. Que é uma teoria científica. In Filosofia da Ciência. São Paulo, Cultrix, 1968
24. TOWNSHEND, Arnold J. A minha concepção de história. In Teorias da História. Calouste Gulbenkian, 1964, p. 251-259.
25. VICO, Giambattista. A ciência nova. In Teorias da História. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1964, p. 359-374.
26. WALSH, W. H. "Sentido" em História. In Teorias da História. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1964, p. 359-374.
27. WHITE, Morton. A explicação histórica. In Teorias da História. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1964, p. 436-455.

R E V I S T A

1. PIGUET, Jean Claude. Debats et combats autour de La Pensée Sauvage. Les conflits de l'analyse et de la dialectique. In Annales, Paris, 2o Vols. 1-3, 1965. p. 547-560.

DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

1. BRUGGER, Walter. Dicionário de Filosofia. Trad. Antônio Pinto de Carvalho São Paulo, Edit. Herder. 1962. p. 703.
2. FOULQUIÉ, Paul. Diccionário del lenguaje filosófico, Rio de Janeiro, Labor. 1967, p. 1.099.
3. MORA, José Ferrater. Diccionario de Filosofia, Buenos Aires, Editorial Sudamericana 1951, 4ª Ed. p. 1.481
4. SOARES, Orris. Dicionário de Filosofia, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro. 1968, p. 720
5. Encyclopædia Britannica, Chicago, William Bento, Publisher. 196 vol. 11.
6. CHAMBERS'S ENCYCLOPAEDIA LONDON, George Newnes Committee 1950. Vol VII.
7. LAROUSSE du XX e Siécle. Paris Librairie Larousse Vol 3º.

c) DOCUMENTOS CONSULTADOS.

1. Serviço de Documentação do Estado de Goiás. Correspondência. Carta à Sua Magestade. Livro 192, 1724-1762, Vila Boa. 23/12/1749, p. 3,4,34,45,46,69.
2. Serviço de Documentação do Estado de Goiás. Correspondência da Presidência da Província com a Corte. 1808-1809. Livro 2, p. 33.

3. Serviço de Documentação do Estado do Goiás. Correspondência da Presidência da Província com o Conselho. 1817-1820. Livro 3 p. 3,11,27,29,32,52,56,57, 270.
4. Serviço de Documentação do Estado do Goiás. Correspondência da Presidência da Província com o Conselho. Livro nº 4 p. 7 v.
5. A Mútua Mampontense, nº 301, 1/3/1832.

a) RECENSEAMENTOS CONSULTADOS.

1. Diário Oficial. Recenseamento de 1872. Goiás. IEGE
2. Anuário Estatístico do Brasil. 1946, Ano VII. p.1
3. Recenseamento do Brasil. 1920. Vol. IV. 1ª parte.
4. Separata do Censo de 1970.